

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/11/2014 a 30/11/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Incra debate estrutura fundiária do País e ações integradas na reforma agrária em evento do Consea – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/11/2014.....	4
Universalização da Regularização Fundiária vai beneficiar 39 mil famílias no Território da Borborema – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/11/2014.....	6
Incra notifica 235 assentados para regularização de lotes em 46 áreas de reforma agrária na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/11/2014.....	7
Indígenas e quilombolas firmam aliança para a demarcação de terras no sertão de PE – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/11/2014.....	7
Cinco comunidades quilombolas mineiras aprovam território para regularização fundiária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2014.....	9
Terra Legal entrega novos títulos de posse para agricultores do Maranhão – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/11/2014.....	9
Incra realiza entrega de títulos a proprietários rurais no município de Itacuruba/PE – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/11/2014.....	10
Títulos de propriedade são entregues a 245 agricultores familiares no RN – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2014.....	11
Contratos de Concessão de Uso beneficiam 58 famílias assentadas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2014.....	12
Incra intensifica divulgação do edital de compra de terras na região Oeste do Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2014.....	12
Incra publica relatório para delimitação de território quilombola em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2014	14
Ministro Miguel Rossetto pede celeridade no julgamento de processos da reforma agrária pendentes no TRF1 –Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2014.....	15
Acordo garante direito territorial para a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia (RJ) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2014.....	15
Mais de 1.200 Sem Terra chegam a Maceió para cobrar Reforma Agrária – Site do MST. 27/11/2014.....	16
Após 17 anos, Sem Terra conquistam o Assentamento Zumbi dos Palmares – Site do MST. 28/11/2014.....	18

Incra debate estrutura fundiária do País e ações integradas na reforma agrária em evento do Consea – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/11/2014

A melhoria da renda das famílias assentadas e a redução da área média dos imóveis particulares foram dois pontos de destaque abordados pelo presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, durante a Mesa de Controvérsias – Terra e Território, promovida pelo Conselho de Segurança e Soberania Alimentar (Consea). Realizado esta semana, em Brasília (DF), o evento reuniu representantes do governo e da sociedade para debaterem questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Ao falar sobre as perspectivas do Poder Executivo para a reforma agrária no Brasil, Guedes lembrou que a prioridade do acesso à terra garantida às famílias em situação de extrema pobreza envolve ações que vão desde a identificação de áreas passíveis de direcionamento à reforma agrária até a integração de políticas públicas que garantam a transformação dos assentamentos em comunidades rurais autônomas econômica e socialmente.

O presidente da autarquia detalhou o cenário de desafios a serem transpostos, fazendo referência, por exemplo, a recentes apurações de dados do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR) que demonstram a redução do tamanho dos imóveis particulares. Segundo ele, as informações referentes a 2014 apontam uma média nacional, pela primeira vez, abaixo de 100 hectares por propriedade rural.

Essa nova realidade fundiária faz com que somente em dois estados – Mato Grosso e Goiás – a soma das áreas das grandes propriedades seja maior que a soma das áreas ocupadas por agricultores familiares, unidades de conservação, terra indígenas, territórios quilombolas, assentamentos da reforma agrária e áreas de particulares.

Ele também mencionou casos em que as iniciativas de obtenção de áreas vão parar na Justiça, demandando muito tempo para um consenso e retardando o acesso das famílias à terra. Exemplo disso é o caso da Fazenda Tingui, localizada nos municípios sergipanos de Riachuelo, Malhador e Santa Rosa de Lima. Reivindicada por trabalhadores rurais há mais de 18 anos, o imóvel é objeto de inúmeras ações de reintegração de posse em desfavor de mais de 250 famílias que ali residem em situação precária. A alternativa encontrada foi a incorporação da área em virtude de dívidas com a União que pesam sobre o patrimônio envolvido.

Nesse aspecto, Carlos Guedes enfatizou a importância da portaria da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nº12, de 22 de maio de 2014, que normatiza a incorporação de terras para fins de reforma agrária de imóveis rurais penhorados em ações judiciais de execução propostas pela União ou por autarquias e fundações públicas federais.

Integração de políticas

Ao tratar da segurança alimentar e geração de excedentes para comercialização, Carlos Guedes ressaltou o momento atual da Política Nacional de Reforma Agrária, que relaciona a posse da terra ao acesso a políticas públicas. "A agenda da reforma agrária não é tema exclusivo de um determinado órgão e sim de um conjunto de políticas

públicas capaz de levar cidadania, que é o que o assentado está construindo para ele e a sua família", disse Guedes.

Ele citou que, em 2011, dos beneficiários da reforma agrária inscritos no CadÚnico, 80 mil recebiam renda superior a R\$ 154 ao mês, ou seja, acima da linha da pobreza. Em 2014, esse número é superior a duzentos mil beneficiários, demonstrando que o Governo Federal está enfrentando o tema de combate à pobreza com ações integradas, cujos resultados têm contribuído para aumentar a renda dos assentados.

O êxito dessas parcerias está expresso em dados como a cobertura das famílias da reforma agrária no CadÚnico – em torno de 627 mil –, ou no fato de o Bolsa Família já fazer parte da vida de 395,9 mil famílias. Também há registro da presença de profissionais do Programa Mais Médicos em 350 assentamentos. Outras 20 mil famílias já têm projetos de moradias em avaliação pelo Minha Casa, Minha Vida, e o Programa Água para Todos está em execução para 31,6 mil famílias do Semiárido.

Nas ações de inclusão produtiva, os efeitos são ainda mais expressivos: a assistência técnica foi ampliada para 350 mil famílias em 2014 e no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), realizou-se a primeira chamada pública de assistência técnica extrativista, em benefício de 26 mil famílias que vivem em 5,3 milhões de hectares. O programa de fomento do PBSM já beneficia 12,6 mil famílias assentadas, e o Bolsa Verde é realidade para outras 40,6 mil, que moram em 11 milhões de hectares de áreas reformadas.

Guedes também destacou números do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para exemplificar as ações de garantia do direito humano à alimentação adequada e condições de vida aos beneficiários da reforma agrária, na medida em que está ajudando a ampliar a renda de mais de 35 mil famílias, sendo que 4,5 mil delas serão beneficiadas com ações de apoio à produção agroecológica. Destaque para o valor do pagamento dos produtos da agroecologia, em torno de 30% superior aos convencionais, potencializando, assim, a geração de renda das famílias.

Já por meio do Programa Terra Forte, serão investidos R\$ 600 milhões em projetos de agroindústria para 200 assentamentos até 2017. Os recursos não reembolsáveis são de R\$ 300 milhões: R\$ 150 milhões provenientes do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), R\$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R\$ 130 milhões dos demais parceiros – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Incra e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os assentados terão disponíveis outros R\$ 300 milhões em crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Conselho

Instrumento de articulação entre governo e sociedade para definir ações relacionadas à alimentação e nutrição, o Consea foi instalado em 2003 e tem o papel de assessorar a Presidência da República na formulação de políticas e estabelecimento de diretrizes referentes à garantia do direito à alimentação. A Mesa de Controvérsias desta semana foi a quarta promovida pelo Conselho. As três anteriores tiveram como assuntos principais agrotóxicos e alimentos transgênicos.

Além do presidente do Incra, participaram das discussões sobre "O Mandatado Constitucional da Função Social da Terra e a Realização do Direito à Alimentação Adequada" – tema da segunda rodada de debates da Mesa – o representante da Reserva Extrativista Chico Mendes, Júlio Aquino, e a deputada federal Luci Choinacki (SC). Aquino falou da luta para a criação de reservas e a importância do modelo na reforma agrária. Já a deputada, que integra a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica e da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, destacou a relação entre a terra e os agricultores familiares.

Universalização da Regularização Fundiária vai beneficiar 39 mil famílias no Território da Borborema – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/11/2014

Nesta semana, técnicos da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) e do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (Interpa) vão se reunir, em João Pessoa, para definir o cronograma de trabalho de regularização fundiária em mais 19 municípios paraibanos. A ação é resultado do convênio firmado entre a SRA/MDA e o Interpa, no valor total de R\$ 7 milhões. A iniciativa vai permitir a universalização da regularização no Território da Borborema (PB), beneficiando, ao todo, 39 mil famílias de agricultores que vivem na região.

A regularização fundiária no território da Borborema teve início em 2012, atendendo aos municípios de Lagoa Seca e Remígio. O trabalho começou por Lagoa Seca, onde já foram entregues dois mil títulos de propriedades e, até meados de dezembro, mais mil famílias deverão ser beneficiadas com a titulação. Já para o município de Remígio, a previsão é titular cerca de mil propriedades rurais até o final do convênio.

Para o secretário da SRA/MDA, Adhemar Almeida, há um duplo ganho nessa ação de regularização. “Além do benefício que a titulação trará para milhares de famílias, a universalização vai permitir que o colegiado territorial disponha da malha fundiária da região. Isto é uma importante ferramenta que pode auxiliar na elaboração e execução de políticas públicas direcionadas para o território da cidadania da Borborema”, afirma.

O encontro terá início nesta terça-feira (11), e contará com a presença do secretário do MDA, Adhemar Almeida; do diretor-presidente do Interpa, Nivaldo Magalhães; do coordenador de Regularização Fundiária da SRA/MDA, Francisco Urbano; bem como de técnicos dos dois órgãos e da empresa que fará o trabalho de campo - cadastramento das famílias e georreferenciamento dos imóveis.

Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

O programa viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Atende as áreas rurais devolutas de domínio estadual e consiste numa ação social que, por meio do reordenamento agrário, viabiliza a titulação, garantindo aos agricultores familiares acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

A iniciativa apoia os governos estaduais no fortalecimento institucional dos órgãos de terra, nas ações de regularização e no ordenamento fundiário.

Desde o início da parceria com o Interpa, em 2004, o programa já proporcionou a regularização e titulação de mais de 19 mil propriedades rurais na Paraíba.

Incra notifica 235 assentados para regularização de lotes em 46 áreas de reforma agrária na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/11/2014

A Superintendência Regional do Incra na Bahia (Incra/BA) notifica 235 assentados a prestar esclarecimentos sobre a ausência nos lotes por mais de 90 dias seguidos, sem comunicar à autarquia. A ação visa promover a regularidade ocupacional de 46 assentamentos, localizados em 38 municípios baianos.

A maior parte dos convocados – 42,9% do total, ou 101 trabalhadores rurais – concentra-se no território de identidade do Velho Chico. Os demais estão distribuídos por outros 17 territórios de identidade do estado.

Os beneficiários citados (clique aqui para ver a relação) têm até o dia 30 de novembro para comparecer ou enviar defesa ao Instituto. É necessário se dirigir à Divisão de Desenvolvimento do Incra/BA, em Salvador, localizada na Avenida Ulisses Guimarães, 640, Sussuarana, no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Medidas

A notificação de beneficiários da reforma agrária está prevista na Instrução Normativa do Incra nº 71/2012, que trata das medidas a serem adotadas nos casos de constatação de irregularidades nos assentamentos.

As justificativas ao abandono dos lotes serão analisadas, caso a caso. Se os convocados não compareçam à superintendência regional, serão excluídos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Veja na tabela abaixo os municípios onde há assentamentos com trabalhadores convocados.

Indígenas e quilombolas firmam aliança para a demarcação de terras no sertão de PE – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/11/2014

Neste final de semana ocorreu o 1º Encontro de Comunidades Tradicionais de Itacuruba, envolvendo indígenas e quilombolas. As três principais pautas foram a luta pela reforma agrária, a demarcação das terras tradicionais, e a reafirmação da posição veemente contra grandes empreendimentos que possam afetar as comunidades da região. Confira carta final do Encontro:

(CIMI)

Se outrora indígenas e quilombolas do Nordeste resistiram juntos à escravidão, em guerras de libertação, caso da Cabanada, no século XIX, e na articulação entre aldeias e quilombos na luta pela terra, baseada em dinâmicas interculturais, hoje não é diferente para o povo Pankará e comunidades quilombolas localizadas no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco.

Neste final de semana ocorreu o 1º Encontro de Comunidades Tradicionais de Itacuruba, envolvendo indígenas e quilombolas. Acossados pelas intervenções desastrosas do Estado brasileiro, seja pela remoção de famílias para a construção da Barragem de Itaparica, que desalojou toda a cidade de Itacuruba, obrigando sua refundação noutro canto de caatinga, seja pelo impacto no rio São Francisco, que já não dá mais peixes como antes, ou pela não demarcação das terras, as comunidades decidiram lutar e resistir juntas, contrariando a postura de Incra e Funai ao alimentar brigas entre os grupos.

As três principais pautas são: luta pela reforma agrária, demarcação das terras tradicionais, além da posição veemente contra grandes empreendimentos que possam afetar as comunidades da região – os traumas das remoções motivadas pela Barragem de Itaparica ainda são latentes, tanto que em tempos de mais seca, quando a cidade em ruínas emerge na água rasa, muitos ex-moradores cogitam voltar para esta Atlântida inundada, mas não esquecida.

Leia na íntegra a carta do encontro:

1º ENCONTRO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ITACURUBA: INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Nós, comunidade quilombola Negros do Gilú, comunidade quilombola Poço dos Cavalos e o povo indígena Pankará, reunidos na Aldeia Pankará Serrote dos Campos, em Itacuruba, Pernambuco, constatamos: Que nossas comunidades vêm sofrendo violações de direitos dos mais diversos tipos, ao longo de nossa história, resultado da ganância das empresas e pela inoperância do Estado brasileiro. Foi assim com a construção da Barragem de Itaparica, quando perdemos parte dos nossos territórios, e está sendo com a lentidão da FUNAI e do INCRA, que além de tudo fica jogando povo contra povo para justificar sua lentidão. Atualmente estamos nos sentindo ameaçados com possibilidade de construção de uma usina nuclear em nosso Município que vai impossibilitar mais uma vez nosso direito territorial.

Reafirmamos a necessidade de demarcar e defender os nossos territórios como forma de garantir as culturas e as vidas das comunidades tradicionais indígenas e quilombola, como também a realização da Reforma Agrária. Sem nossos territórios, perdemos nossa cultura, nossa história e nosso direito de ser indígena e quilombola! Para o Estado brasileiro garantir os direitos das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, e em especial no município de Itacuruba – PE, tem que primeiro demarcar nossos territórios, conforme está garantido na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Assumimos o fortalecimento da organização das nossas comunidades e a luta conjunta pela demarcação e garantia dos territórios tradicionais das comunidades indígenas e quilombola. Assumimos o compromisso com cada parente de caminhar de forma conjunta, organizados e unidos por um projeto de vida que garanta a vida digna, o cuidado com a Mãe Natureza, o respeito aos saberes dos mais velhos e à nossa história neste país. Queremos nos juntar ao Papa Francisco quando afirmou, no encontro Mundial dos Movimentos Populares, que “Nenhum sem teto sem casa, nenhum

camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos”, completando que, **NENHUMA COMUNIDADE TRADICIONAL SEM TERRITÓRIO!!!**

Cinco comunidades quilombolas mineiras aprovam território para regularização fundiária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2014

Quilombolas de cinco comunidades mineiras aprovaram, na primeira semana deste mês, os limites territoriais definidos nos relatórios antropológicos, em fase final de elaboração por empresas contratadas pelo Incra/MG por meio de pregão.

As comunidades que aprovaram os territórios reivindicados foram as de Inocêncio Pereira de Oliveira, Cercado e Pontal - todas no município de Paracatu, no Noroeste de Minas. Foram aprovados ainda os membros da Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos, localizadas no município de Diamantina, na região do Jequitinhonha.

O relatório antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e delimitação (RTID), documento essencial para a regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombos. Acesse [AQUI](#) mais informações sobre o processo de regularização de comunidades quilombolas.

Durante as audiências aos quilombolas foram explicados os procedimentos exigidos pela legislação em conformidade com a Constituição de 1988.

Em Minas Gerais, há 194 comunidades quilombolas com processos abertos para regularização fundiária. Vinte tiveram seus relatórios antropológicos concluídos. Destas comunidades, nove RTIDs foram publicados no Diário Oficial da União. Duas comunidades tiveram decreto presidencial de desapropriação por interesse social expedidos e estão em fase de desinversão (desapropriação e retirada dos não quilombolas da área) para posterior titulação. Outras nove comunidades estão com relatório antropológico em elaboração.

Terra Legal entrega novos títulos de posse para agricultores do Maranhão – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/11/2014

Garantir propriedade da terra e permitir o acesso a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Com este objetivo o Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entrega títulos de posse, nesta sexta-feira (14), a produtores rurais de 10 municípios maranhenses - Açailândia, Amarante do Maranhão, Cidelândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios. A ação vai beneficiar 202 famílias de agricultores familiares.

Na avaliação do secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, a entrega dos documentos impulsiona o desenvolvimento regional. “Quando a família recebe o título ela tem a garantia de que a terra é dela e isto gera paz no campo. Ao mesmo tempo fica mais fácil acessar o crédito do Pronaf para impulsionar o desenvolvimento da propriedade.”

Títulos Urbanos

Na quinta-feira (13), o Terra Legal vai realizar a entrega de seis títulos urbanos para os municípios de Açailândia e Vila Nova dos Martírios (5 documentos). Com a posse definitiva das terras o MDA garante condições para o desenvolvimento da região. Dessa forma, moradores, comerciantes e empresários têm condições de acessarem políticas de crédito, além da prefeitura poder receber investimentos dos governos Federal e estadual, bem como atuar na regularização urbana.

O repasse de áreas urbanas localizadas em terras da União envolve, além do MDA, o Ministério das Cidades (MCidades) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Programa Terra Legal Amazônia

O Programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, a ação é coordenada pelo MDA e executada em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Os agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

Incra realiza entrega de títulos a proprietários rurais no município de Itacuruba/PE – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 14/11/2014

A Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco, com sede em Petrolina (PE), realizou, nesta sexta-feira (14), a entrega de títulos definitivos da terra, no município de Itacuruba (PE), a 80 proprietários rurais. Esses títulos são resultados do Termo de Cooperação Técnica entre o Incra e o Governo do Estado, iniciado em janeiro de 2010. A ação de regularização vistoriou 321 imóveis rurais, em um total de 30.270 hectares, a um custo de R\$ 126.60,00.

O processo de discriminatória com medição e demarcação da terra já foi concluído, restando a entrega de títulos que está sendo realizada gradualmente devido a uma questão indígena. A tribo Pankará do Serrote requer o reconhecimento de seu território, que encontra-se dentro da área demarcada. A situação está sendo avaliada e discutida entre os poderes públicos estaduais e federais.

Com os títulos e a regularização fundiária os produtores rurais poderão ter acesso a políticas públicas como programas de créditos e benefício da previdência social. Conforme regulamentação pela Lei 6.015/73. Além de contribuir na resolução do conflito Indígena existente na região.

Itacuruba

O município está localizado no Sertão pernambucano de Itaparica, nome dado devido à Barragem de mesmo nome, também é conhecido como Jardim Sertanejo. A cidade tem aproximadamente cinco mil habitantes, está a 466 km da capital Recife. Com uma forte influência indígena e quilombola, Itacuruba se destaca pelo artesanato, pesca e agricultura.

Comunidades Tradicionais

Negros de Gilú: comunidade descende de um casal, Antônio Izidoro e Maria Rufina da Conceição, filhos libertos de escravos da região do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que migraram para o sertão sãofranciscano no final do século XIX. Hoje conta com aproximadamente 246 famílias.

Tribo Pankará Serrote dos Campos: 71 famílias originárias da Serra do Arapuá e Cacaria, no município de Carnaubeira da Penha (PE).

Títulos de propriedade são entregues a 245 agricultores familiares no RN – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2014

Duzentos e quarenta e cinco agricultores familiares do município de São José do Campestre, no Rio Grande do Norte, receberam, na última sexta-feira (14), títulos de propriedade da terra. Além de segurança jurídica, o documento vai possibilitar o acesso dos agricultores ao crédito e às políticas públicas de desenvolvimento, custeio e comercialização disponíveis para o meio rural.

Para o coordenador do programa de Reordenamento Agrário da SRA/MDA, Francisco Urbano, o título de propriedade representa segurança para os trabalhadores em todos os sentidos. “O sonho de todo agricultor é ter garantia de que a terra na qual trabalhou a vida inteira é dele e ninguém vai expulsá-lo de lá.” Além disso, segundo o coordenador, “a titulação assegura ao agricultor o direito de acessar inúmeras políticas, colocando-o de volta no processo de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida.”

No RN, o programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (SRA/MDA), já proporcionou a regularização e titulação de mais de quatro mil propriedades rurais em 22 municípios. A meta dos dois convênios, ainda vigentes, é atender mais 4,8 mil famílias, até dezembro de 2015.

A ação é resultado do convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), e a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Norte (Seara), que executa o trabalho de regularização fundiária no estado.

Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (SRA/MDA)

Criado em 2003, o programa tem como objetivo promover a regularização fundiária de áreas devolutas estaduais, viabilizando, por meio da titulação, a permanência dos agricultores na terra e o desenvolvimento local.

Gerido pela SRA, é executado em parceria com os Institutos de Terras Estaduais, apoiando-os nas ações de regularização e no ordenamento fundiário de terras devolutas de domínio estadual.

Contratos de Concessão de Uso beneficiam 58 famílias assentadas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2014

Famílias assentadas dos projetos de assentamentos Morro do Taió II, no município de Santa Terezinha e Edson Soibert, em Rio Negrinho receberam da Superintendência Regional do Incra em Santa Catarina, Contratos de Concessão de Uso, documento que autoriza a exploração do lote e o acesso aos demais créditos produtivos, dentre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A entrega dos documentos foi feita na semana passada pelo superintendente do Incra em Santa Catarina, José dos Santos e beneficiou 58 famílias residentes em duas novas áreas destinadas à reforma agrária, sendo 32 do assentamento Morro do Taió II e 26 do assentamento Edson Soibert.

“Para nós um pequeno ato, mas com um significado extraordinário para as famílias, pois representa o marco de uma nova vida”, disse Santos durante a entrega dos documentos. Além do crédito Apoio Inicial I, que são de recursos do orçamento do Incra, que envolve duas operações de R\$ 2,4 mil, destinado a aquisição de ferramentas e de pequenos implementos agrícolas, com a CCU as famílias poderão acessar as demais linhas de créditos destinadas aos assentados: Microcrédito Produtivo e Mais Alimentos para a Reforma Agrária. Todas as operações de crédito são feitas via Banco do Brasil por meio do cartão do assentado.

Nesse estágio, os agricultores passarão a contar com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que orientará a aplicação e investimentos de créditos futuros, como o crédito fomento, no mesmo valor do crédito inicial, para investimentos em atividades produtivas.

Também com a ajuda dos técnicos de Ater e do Incra/SC serão iniciados os trabalhos de elaboração Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), estudo que define todo o planejamento e execução de infraestrutura nos assentamentos, como as melhores opções de produção, aspectos relativos à comercialização dos produtos, indicação da malha viária e localização das moradias nos lotes, dentre outras ações.

Os dois projetos de assentamentos contarão com o suporte de outros programas do governo federal, a exemplo da moradia que será executada por meio do programa Minha Casa Minha Vida.

Incra intensifica divulgação do edital de compra de terras na região Oeste do Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/11/2014

A Superintendência Regional do Incra no Paraná intensifica neste mês de novembro a divulgação do edital de seleção para aquisição de imóveis rurais no Paraná para

implantação de projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária. Na última semana, entre os dias 12 e 14 de novembro, a divulgação por parte do superintendente do Incra/PR, Nilton Guedes, foi realizada na região Oeste do estado, na qual se concentra a maior quantidade de famílias acampadas.

As ações de divulgação se deram por meio de eventos de apresentação do edital nos municípios de Cascavel, Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, bem como com visitação e entrevistas nos veículos de comunicação locais.

“Esta é uma confluência de forças entre o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para fazer a reforma agrária avançar no Paraná, de forma transparente, e oferecer uma solução positiva para aproximadamente 6.200 famílias acampadas no estado”, explica Nilton Guedes.

Compra de terras

A compra de áreas pelo Incra é prevista no Decreto Federal nº 433/1992. Segundo o edital, as regiões preferenciais para recebimento de ofertas são aquelas que fazem parte dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu, Norte Pioneiro, Paraná Centro e Vale do Ribeira. O edital está disponível no site do Incra e o prazo para entrega das propostas vai até o dia 31 de dezembro de 2014.

“Trata-se de uma iniciativa louvável do Incra, especialmente pela clareza do processo, e esperamos que atenda a população de agricultores familiares aqui do território”, avaliou Márcio Ramos, presidente do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec), presente no evento, que aconteceu na Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

Durante a negociação, o Incra garantirá o sigilo das cartas-oferta e fará a avaliação imediata das áreas para iniciar o processo para compra. Após a concordância do preço da terra nua e das benfeitorias com os proprietários, o Incra realizará audiências públicas para publicizar os valores envolvidos na transação.

A área mínima em hectares (ha) do imóvel a ser ofertado ao Incra deve ter o equivalente a 15 módulos fiscais. A região deve ter aptidão agrícola, possuir recursos hídricos favoráveis para o assentamento das famílias de agricultores familiares e estar em consonância com as normas do Incra referentes às condições de localização e acesso.

O pagamento do preço contratado somente será efetuado após o registro da escritura pública no registro de imóveis competente. As benfeitorias são pagas à vista. Já na terra nua, o pagamento é feito de forma escalonada, em Títulos da Dívida Agrária (TDA) resgatáveis em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão.

O Incra oferece ao proprietário uma condição de compra de acordo com as exigências do mercado. A partir da emissão dos TDAs, os valores são corrigidos pela Taxa Referencial (TR) com juros de 6% ao ano, o que equivale à condição de venda à vista.

Incra publica relatório para delimitação de território quilombola em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2014

Foi publicado na edição de sexta-feira (21), do Diário Oficial da União (DOU), mais um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas em Sergipe.

O documento, elaborado pelo Incra, é peça fundamental para o prosseguimento do processo que irá definir o território a ser explorado pela comunidade quilombola de Desterro, no município de Indiaroba (distante cerca de 115 Km da capital Aracaju). “A conclusão e publicação desse relatório representa uma grande conquista para a comunidade de Desterro e, também, para o Incra. É mais um avanço importante que reflete a consistência do trabalho que estamos desenvolvendo perante as comunidades quilombolas em Sergipe”, analisou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra/SE.

Com a oficialização deste documento, Desterro tornou-se a 11ª comunidade quilombola de Sergipe contemplada com a publicação de RTIDs.

A Comunidade

Composta por 34 famílias, a comunidade de Desterro está localizada a apenas cinco quilômetros da sede do município de Indiaroba (SE).

Além da agricultura (com os cultivos de mandioca, milho, feijão e amendoim), principal atividade econômica da comunidade, no local também são desenvolvidos a pecuária extensiva e a piscicultura.

Segundo o RTID elaborado pelo Incra, o território a ser destinado ao desenvolvimento e à preservação cultural da comunidade de Desterro deverá ser composto por uma área de 124, 8 hectares.

Quilombolas em Sergipe

Dentre as 11 comunidades já contempladas com a publicação de RTIDs em Sergipe, três encontram-se em estágios avançados para a definição de seus territórios.

As comunidades de Mocambo, no município de Porto da Folha (SE), e Lagoa dos Campinhos, em Amparo do São Francisco (SE) - que em 2009 tiveram seus territórios reconhecidos por decretos presidenciais -, possuem, respectivamente, 95% e 90% das áreas delimitadas pelos RTIDs já sob posse das famílias quilombolas. Serra da Guia, em Poço Redondo (SE), apresenta 10% de seu território sob posse da comunidade.

Outras nove comunidades quilombolas sergipanas possuem RTIDs em fase de elaboração ou aguardando publicação.

Ao todo, existem 5.040 famílias quilombolas cadastradas pelo Incra, vivendo em 28 comunidades espalhadas por todo o estado de Sergipe.

Ministro Miguel Rossetto pede celeridade no julgamento de processos da reforma agrária pendentes no TRF1 –Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/11/2014

A reforma agrária poderia incorporar uma área de 50.627 mil hectares e assentar de imediato 1.431 famílias em sete estados brasileiros, caso a Justiça se manifestasse sobre os 23 imóveis que se encontram com alguma pendência judicial, aguardando julgamento. Os dados foram apresentados pelo ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto durante audiência com o desembargador Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho, presidente do Tribunal Regional Federal 1ª Região. A audiência, solicitada pelo ministro, ocorreu na tarde desta terça-feira (25), no gabinete do Desembargador.

Rossetto pediu celeridade no julgamento dos processos a fim de assegurar que essas áreas possam cumprir a função social da terra e que as famílias, muitas delas acampadas, sejam assentadas e se beneficiem das políticas públicas do governo federal voltadas para esse público.

Os 23 imóveis citados foram decretados pela Presidência da República entre os anos 2002 e 2010 e estão localizados nos estados da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Piauí, todos sob jurisdição do TRF1. Todas as áreas já foram desapropriadas.

Acordo garante direito territorial para a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia (RJ) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/11/2014

Durante os últimos dez anos, a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia buscou o reconhecimento do território em que vivem no município de Mangaratiba, no sul do estado do Rio de Janeiro. Na tarde desta quinta-feira (27), a espera chegou ao fim com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Governo Federal, que garante o direito da comunidade à terra. A solenidade contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

O documento, que formaliza a titulação coletiva e assegura a preservação da biodiversidade da ilha, foi assinado entre a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia, o Incra, a Secretaria de Patrimônio da União e a Marinha do Brasil, no 1º Distrito Naval, na capital fluminense.

“Hoje tratamos de respeito à história de luta e resistência de um povo, da garantia de seu território e de sua cultura. Isso faz o nosso país uma pátria mais forte, uma pátria que respeita a constituição e a população”, ressaltou o ministro Miguel Rossetto ao recordar que o diálogo entre a comunidade, o Incra e a Marinha do Brasil teve início em 2010.

Com o Termo fica definido que a comunidade vai receber o título coletivo dos 53 hectares ocupados pelas 101 famílias remanescentes do quilombo. “O TAC é uma carta de direitos e compromissos da comunidade quilombola e da Marinha. Tenho certeza que

as condições deste acordo permitem melhoria de vida, com a melhoria das moradias e das condições para a manutenção da cultura local”, destacou Rossetto.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, pontou que 2014 foi o ano em que Governo Federal mais reconheceu comunidade quilombolas. “Cada um destes processos de reconhecimento e delimitação de território é fruto de uma negociação prévia. Isto é um marco que mostra a capacidade do estado brasileiro em construir um caminho de mediação, garantindo paz e reconhecendo a história das comunidades.”

A negociação foi mediada pelo Ministério Público Federal. “Aqui temos um exemplo perfeito da importância do diálogo. Estamos resolvendo o futuro, garantido uma convivência harmônica entre a comunidade e a Marinha do Brasil”, realçou Guedes.

Para o presidente da Associação dos Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, Nilton Alvez, a titulação da terra é um desejo antigo. “O nosso maior sonho que era a titulação que hoje está se tornando realidade. Demos um grande passo, mas não é o fim de nossa luta. Com o TAC, chegamos a um acordo que vai permitir que a nossa comunidade se desenvolva sem esquecer nossos valores, nossa cultura”, disse.

O Almirante de Esquadra (FN) Fernando Antônio de Siqueira Ribeiro afirmou que os moradores da Ilha terão o acesso aos serviços básicos como atendimento de saúde, transporte e conservação ambiental. “Este termo, que é fruto de um longo trabalho conjunto, permite e garante à comunidade quilombola da Ilha Marambaia acesso à terra. Ao mesmo tempo, a ilha continua sendo gerida pela Marinha do Brasil, como parte fundamental para a defesa nacional”, pontuou.

O acordo estabelece um prazo máximo de 270 dias para concluir processo de reconhecimento e titulação da comunidade quilombola e contempla três aspectos importantes: a garantia de moradia e reconhecimento da comunidade quilombola aos moradores da Ilha da Marambaia; a preservação da biodiversidade e a defesa nacional. A titulação da comunidade não vai afetar a Área de Preservação Ambiental (APA) de Mangaratiba.

Mais de 1.200 Sem Terra chegam a Maceió para cobrar Reforma Agrária – Site do MST. 27/11/2014

Nesta quinta, os Sem Terra ocuparam a agência do Banco do Brasil. Na quarta, o Movimento também ocupou o Cartório da cidade de Teotônio Vilela

Da Página do MST

Nesta quinta-feira (27/11), mais de 1200 Sem Terra chegaram à capital Maceió para cobrar das autoridades a punição aos mandantes e assassinos de trabalhadores Sem Terra em Alagoas, e pautar a Reforma Agrária como condição para a garantia de vida digna ao povo do campo.

Logo de início, os trabalhadores rurais ocuparam durante toda a tarde desta quinta a agência do Banco do Brasil, para negociar a agilidade no acesso à habitação rural.

Também reivindicam na agência um retorno para o início das obras das casas nos assentamentos do estado, que há quatro meses estão com os processos parados no banco.

"Como se não bastasse passarmos cinco, dez anos esperando a terra, embaixo da lona preta, depois de assentados ainda somos obrigados a esperar mais tempo para termos nossas casas construídas. Moradia é um direito e estamos aqui para que ele se efetive, com mais agilidade e menos burocracia", afirmou José Roberto, da direção nacional do MST.

Nesta quarta-feira (26), o Movimento também ocupou, com centenas de manifestantes, o Cartório da cidade de Teotônio Vilela, pressionando pela liberação das terras do antigo banco estadual Produban, que ainda não se tornaram assentamentos de Reforma Agrária por ação do cartório local.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais ressaltaram o entrave, relatado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da liberação de documentação dos imóveis já decretados pelo governo do estado para criação de assentamentos.

A partir da mobilização dos Sem Terra, o cartório do município comprometeu-se em emitir toda a documentação necessária até o próximo dia 15/12, e entregá-lo ao Incra.

Dia Nacional de lutas

Com mobilizações de camponeses vindos de todas as partes do estado, o MST em Alagoas dá início neste sábado (29) às atividades do Dia Estadual de Luta contra Violência e Impunidade no Campo e na Cidade.

A data foi escolhida pelo Movimento após o assassinato, em 2005, do membro da direção estadual Jaelson Melquíades, morto em Atalaia por pistoleiros sob comando de fazendeiros.

Os milhares de trabalhadores rurais ergueram um acampamento na Praça Sinimbu para cobrar do poder público a efetivação da política de Reforma Agrária, "que vai além de apenas criação de assentamentos, mas compreende acesso a outros direitos, como é o caso da habitação", destacou José Roberto.

Os militantes associam a violência vivida no campo à morosidade na Reforma Agrária e na resolução de conflitos. Esta antiga pauta e outras demandas estruturais para o campo alagoano estão no bojo das bandeiras do MST para o próximo período.

Um novo mandato presidencial reabre a possibilidade de influência da sociedade sobre as políticas a serem executadas. Em relação ao estado alagoano, as expectativas são de que o governo priorize investimentos estruturais para os assentamentos e a pequena agricultura.

"Assim, vamos poder cumprir o nosso papel de produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo alagoano, vivendo com qualidade de vida no campo, e contribuindo para fortalecer um novo tipo de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. Mas isso só é possível se o poder executivo priorizar políticas públicas", disse o dirigente.

Ainda segundo José Roberto, “para o MST, a prioridade está na mudança global de modelo de produção no campo, com o fim do latifúndio e a criação de assentamentos, que possibilite uma transição para um sistema agroecológico”.

Após 17 anos, Sem Terra conquistam o Assentamento Zumbi dos Palmares – Site do MST. 28/11/2014

As 250 famílias receberam a imissão de posse da Fazenda Tinguí, na região metropolitana de Sergipe.

Da Página do MST

O dia 27 de novembro entra na história da luta pela terra em Sergipe. Após 17 anos debaixo da lona preta, as 250 famílias do acampamento Zumbi dos Palmares receberam a imissão de posse da Fazenda Tinguí, localizada na região metropolitana de Sergipe, entre os municípios de Malhador, Riachuelo e Santa Rosa de Lima.

Os 1.986 hectares da área estiveram constantemente visados pelo agronegócio frente à capacidade de desenvolver o setor da cana de açúcar na região.

A primeira ocupação das terras aconteceu em 1987, mas dois dias depois as famílias foram despejadas violentamente pela polícia, inclusive prendendo militantes do MST.

No dia 12 de março de 1997, 223 famílias realizaram uma segunda ocupação, e continuaram seguindo na esperança de conquistar seu pedaço de terra.

Desde então o acampamento Zumbi dos Palmares, além da sua forte organização interna, também deu exemplo na produção de alimentos. Por muitos anos o acampamento esteve presente nas feiras da Reforma Agrária realizada pelo MST na capital aracajuana.

Inhame, milho, macaxeira, quiabo, banana, maracujá, melancia, melão, batata doce, hortaliças são alimentos que expressaram a força da agricultura camponesa na região.

Nas ações realizadas pelo MST no estado ao longo dos anos, uma das pautas prioritárias era a desapropriação imediata da fazenda e o assentamento das famílias.

Em 2005, o presidente Lula assinou um decreto pela desapropriação da fazenda. No entanto, em 2011, por forte influência do agronegócio e da família Barreto, dona das terras, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou o decreto com argumento que uma terra ocupada não pode ser desapropriada.

Em 2013, com o objetivo de pressionar os órgãos públicos, os Sem Terra ocuparam a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Estado (COHIDRO), conquistando o repasse de seis lotes do perímetro irrigado Jacarecica II, totalizando 24 hectares, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Segundo os Sem Terra, essa conquista demonstra quanto é importante continuar lutando contra as ofensivas do capitalismo no campo brasileiro, reafirmando a força do campesinato em busca de justiça social e uma vida digna.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa